

## SUMÁRIO

### **PARTE I – ATUAÇÃO DO CNJ E *ACCOUNTABILITY* NA VISÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES BRASILEIROS**

**Capítulo 1** Atuação política e estratégica do Conselho Nacional de Justiça do Brasil

**Capítulo 2** A aplicação da *accountability* nos atos e atribuições do Conselho Nacional de Justiça

**Capítulo 3** *Accountability* segundo os Ministros dos Tribunais Superiores do Judiciário brasileiro

### **PARTE II – MODELO GERENCIAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, REGULAÇÃO, PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E ARBITRAGEM**

**Capítulo 4** As limitações da Emenda Constitucional N° 19/98 na implementação do modelo gerencial de Administração Pública no Brasil

**Capítulo 5** Uma proposta para a definição dos contornos e elementos caracterizadores dos contratos associativos no Direito Concorrencial brasileiro à luz do artigo 90 da Lei 12.529/2011 – Intervenção do Estado e regulação

**Capítulo 6** A responsabilidade das autoridades regulatórias perante os Tribunais de Contas

**Capítulo 7** Análise do artigo 2º, I, do Projeto de Lei N° 649/2011, em tramitação no Senado Federal, que cria norma geral para o terceiro setor

**Capítulo 8** A contextualização das parcerias público-privadas dentro do novo centro do Direito Administrativo

**Capítulo 9** Consórcios públicos e parcerias público-privadas: novos instrumentos para a sustentabilidade financeira do planejamento de cidades sustentáveis

**Capítulo 10** Arbitragem de investimentos: a regulamentação brasileira ante o Direito Administrativo global

**Capítulo 11** A arbitragem no contrato administrativo: parâmetros para uma cláusula arbitral eficiente

### **PARTE III – LICITAÇÕES, CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS**

**Capítulo 12** A permuta de bem móvel pelos municípios e a obrigação de licitar

**Capítulo 13** Análise das finalidades legais nos processos licitatórios à luz do fundamento constitucional da valorização do trabalho

**Capítulo 14** O regime diferenciado de contratações públicas para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e Olimpíadas de 2016. A Lei N° 12.462/2011 e sua (in)constitucionalidade

**Capítulo 15** Interesse público como conceito jurídico indeterminado: o caso das desapropriações para megaeventos no Rio de Janeiro

**Capítulo 16** Procedimento Administrativo como motivação do ato administrativo restritivo de direitos

#### **PARTE IV – GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS, EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**

**Capítulo 17** Nova gestão pública (NGP): a Teoria da Administração Pública do Estado ultraliberal

**Capítulo 18** Governança metropolitana: desafio para a gestão pública fluminense

**Capítulo 19** Cargos comissionados: novos desafios impostos pelo direito fundamental à boa Administração Pública

**Capítulo 20** Fundamentos interlocutivos da boa Administração Pública: algumas matrizes reflexivas

**Capítulo 21** Administração Pública – a discricionariedade dos agentes políticos e os atores de políticas públicas na efetividade dos direitos fundamentais sociais

**Capítulo 22** Saúde e Administração Pública

**Capítulo 23** Cidadania ativa e desafios para a conformação da Administração Pública no paradigma do Estado Democrático de Direito

**Capítulo 24** Globalização e democracia: por novos caminhos da participação

#### **PREFÁCIO**

O livro que ora prefáciamos resulta dos 24 artigos científicos apresentados no Grupo de Trabalho **Direito e Administração Pública II**, sob nossa Coordenação, no

**XXIII Encontro Nacional do CONPEDI/UFSC.** As apresentações deram-se no dia 1º de maio de 2014, e apenas um dos artigos aprovados para tal GT não foi apresentado. Às apresentações seguiram-se intensos e profícuos debates, especialmente em termos de análise crítica.

Com o intuito de fazer-se uma organização didática e lógico-sequencial das temáticas, o presente livro foi estruturado em quatro partes, cada uma com subdivisões internas (capítulos sequenciais, representando os diversos artigos apresentados). Assim, a **Parte I** agrupou artigos sobre “**Atuação do CNJ e *accountability* na visão dos Tribunais Superiores Brasileiros**”. O primeiro artigo desta parte introdutória da obra intitula-se “Atuação política e estratégica do Conselho Nacional de Justiça do Brasil”. O segundo trabalho trata da “Aplicação da *accountability* nos atos e atribuições do Conselho Nacional de Justiça”. De modo a fechar esta primeira parte, o terceiro capítulo aborda a “*Accountability* segundo os Ministros dos Tribunais Superiores do Judiciário brasileiro”. Ressaltou-se, neste primeiro eixo temático, a importância e a necessidade de se fazerem estudos sobre a atuação do CNJ, que por vezes vem desbordando de suas funções, nomeadamente ao criar direito novo, ficando o desafio reflexivo a respeito de quem controla o controlador.

Na sequência, a obra traz uma **segunda parte**, intitulando-se “**Modelo Gerencial de Administração Pública, Regulação, Parcerias Público-privadas e Arbitragem**”, iniciando por um capítulo sobre as “limitações da Emenda Constitucional Nº 19/98 na implementação do modelo gerencial de Administração Pública no Brasil”. O segundo capítulo desta parte apresenta “uma proposta para a definição dos contornos e elementos caracterizadores dos contratos associativos no Direito Concorrencial brasileiro à luz do artigo 90 da Lei 12.529/2011 – Intervenção do Estado e regulação”. Segue-se uma reflexão sobre a temática da “responsabilidade das autoridades regulatórias perante os Tribunais de Contas”. Entrando mais especificamente em um caso de regulação a ser feita, no quarto texto desta parte faz-se uma “análise do artigo 2º, I, do Projeto de Lei Nº 649/2011 em tramitação no Senado Federal, que cria norma geral para o terceiro setor”. O quinto artigo desta parte aborda a “contextualização das parcerias público-privadas dentro do novo centro do Direito Administrativo”. “Consórcios públicos e parcerias público-privadas: novos instrumentos para a sustentabilidade financeira do planejamento de cidades sustentáveis” é o sexto artigo desta parte. De forma a unir os temas da arbitragem e da regulação, o próximo artigo explora a regulamentação brasileira da arbitragem de investimentos ante o Direito Administrativo global. Por fim, segue-se o oitavo artigo desta parte, com o título “A arbitragem no contrato administrativo: parâmetros para uma cláusula arbitral eficiente”, sendo o décimo primeiro na sequência da obra.

A **terceira parte** do livro agrupa textos sobre “**Licitações, Contratações Públicas, Desapropriações e Procedimentos Administrativos**”, iniciando pelo capítulo sobre “A permuta de bem móvel pelos municípios e a obrigação de licitar”. Segue-se o artigo intitulado “Análise das finalidades legais nos processos licitatórios à luz do fundamento constitucional da valorização do trabalho”. Na sequência vem o texto sobre “O regime diferenciado de contratações públicas para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e Olimpíadas de 2016. A Lei Nº 12.462/2011 e sua (in)constitucionalidade”. Dando desenvolvimento ao tema, vem como sequência lógica o quarto artigo desta parte da obra, intitulado “Interesse público como conceito jurídico indeterminado: o caso das

desapropriações para megaeventos no Rio de Janeiro”. Fecha esta parte o texto sobre “Procedimento Administrativo como motivação do ato administrativo restritivo de direitos”.

Já a **parte final** da obra reúne artigos sobre a ampla temática da “**Gestão e Políticas Públicas, Efetivação de Direitos Fundamentais e Participação Cidadã**”. O primeiro destes textos intitula-se “Nova gestão pública (NGP): a teoria da administração pública do Estado ultraliberal”. Na sequência tem-se um artigo que particulariza a análise sobre a gestão pública, intitulado “Governança metropolitana: desafio para a gestão pública fluminense”. Ainda neste primeiro subeixo temático o próximo texto também enfrenta problemática da gestão pública, intitulando-se “Cargos comissionados: novos desafios impostos pelo direito fundamental à boa Administração Pública”. Em sequência lógica segue-se o texto “Fundamentos interlocutivos da boa Administração Pública: algumas matrizes reflexivas”. Abrindo o caminho para os textos que passam a tratar da efetivação de direitos fundamentais sociais, vem o artigo “Administração Pública – a discricionariedade dos agentes políticos e os atores de políticas públicas na efetividade dos direitos fundamentais sociais”, seguindo-se o texto que trata, a partir do ativismo judicial, da saúde em relação à Administração Pública. De modo a contemplar o viés da cidadania ativa enquanto participação democrática na gestão pública, a obra traz artigo intitulado “Cidadania ativa e desafios para a conformação da Administração Pública no paradigma do Estado Democrático de Direito”. O livro encerra-se com um artigo que aborda a participação democrática de forma mais ampla, intitulando-se “Globalização e democracia: por novos caminhos da participação”.

Os organizadores e prefaciadores desta obra registram os cumprimentos a todos os coautores, que souberam, primeiramente, redigir destacados textos em temáticas atrativas e atuais na seara do Direito Administrativo brasileiro, e, após tê-los aprovados em rigoroso processo seletivo, os apresentados e os defendidos nos debates que se desenvolveram no âmbito deste Grupo de Trabalho. Ainda, um agradecimento especial é consignado à Diretoria do CONPEDI, em nome dos Professores Doutores Raymundo Juliano Feitosa e Orides Mezzaroba, pela confiança depositada nos nomes deste trio de coordenadores para a condução presencial dos trabalhos do GT e, agora, para a organização da obra. Os leitores, destinatários últimos deste esforço editorial, têm, neste livro, a reunião de vários, atualizados e profundos textos para os servir, resultantes de pesquisa científica de qualidade. Boa leitura!

Palmas/TO, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, 31 de maio de 2014.

Profª. Dra. Maria Lírida Calou de Araújo e Mendonça  
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Profª. Dra. Gisela Maria Bester  
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Faculdade Meridional (IMED) e Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT)

Prof. Dr. Luiz Henrique Cademartori  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)